

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

AGRONEGÓCIO, ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E ARTICULAÇÕES INTERNACIONAIS A PARTIR DO BRASIL E DA ARGENTINA

Afonso Henrique de Menezes Fernandes

Doutorando do PPGH/UFF

afonsomenezes@id.uff.br

As transformações dos últimos cinquenta anos na economia capitalista mundial promoveram profundas mudanças no modelo de produção e comercialização agropecuária, bem como nos distintos modos de vida existentes no mundo rural contemporâneo. Tendo como principal característica a elevação da capacidade de exploração do trabalho pelo capital, o “novo imperialismo” foi caracterizado por Harvey (2005) como uma acumulação por espoliação, em que o processo de reprodução ampliada do capital e a incorporação de novas fronteiras para a sua valorização se intensificaram em uma escala nunca antes vista, incorporando enormes massas de novos capitais no processo de acumulação sob velhas e novas formas de extração de mais valor. Esta ofensiva neoliberal, iniciada nos anos 1970, promoveu mundo a fora uma agenda de políticas públicas de abertura econômica e liberalização do mercado de capitais, o que facilitou a conformação de um modelo de produção agropecuária cada vez mais atrelado ao mercado financeiro internacional e ao uso intensivo de inovações no campo da biotecnologia e da tecnologia da informação.

A respeito da atual configuração da produção mundial de alimentos, McMichael (2016), na esteira de Harvey, recorre à noção de regimes alimentares para caracterizar o modelo produtivo dominante nos mais importantes países produtores do mundo. Este conceito associa as relações internacionais de produção e consumo de alimentos às diferentes formas de acumulação capitalista vigentes desde 1870¹. Nesta perspectiva, compreendendo os alimentos como um

¹ McMichael (2016) afirma que os estudos sobre os diferentes regimes alimentares da história do capitalismo definiram três grandes períodos. O primeiro regime alimentar, vigente entre 1870 e a década de 1930, teve na Grã-Bretanha seu grande centro político e econômico e consistia fundamentalmente na importação das colônias de produtos tropicais, grãos básicos e pecuária para a alimentação da “fabrica do mundo” britânica e o abastecimento das classes industriais europeias emergentes. Após a crise de 1929 e as reconfigurações do capitalismo ao longo dos

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

“insumo biopolítico ou de processamento para suprir mão de obra e aumentar lucros”, este autor afirma que os regimes alimentares expressam politicamente a forma com que se estrutura a produção e comercialização mundial de alimentos na história do capitalismo:

Embora cada regime alimentar tenha seu próprio perfil e papel em apoiar o poder, o traço unificador é a contribuição dos alimentos para a acumulação do capital por meio da estruturação do sistema estatal. O regime alimentar combina a definição dos recursos alimentares, e o acesso a eles, com formas de disponibilização de mercado que intensificam as relações de poder – por meio de provisionamento estratégico de classes sociais e Estados e/ou destituição de produtores incapazes de competir com o poder de mercado subsidiado ou monopolizado. Este último tem sido o destaque do regime alimentar corporativo (MC MICHAEL, 2016).

Neste sentido, o terceiro e atual regime alimentar – ou regime alimentar corporativo – foi conformado no bojo das reestruturações produtivas verificadas a partir da década de 1970, se caracterizando justamente pelo aumento do poder de mercado de algumas empresas transnacionais sobre a produção e comercialização mundial de alimentos. Tais empresas foram largamente favorecidas pelo intenso processo de concentração de capitais impulsionado pela financeirização promovida com o fim da ordem econômica de Bretton Woods, a liberalização dos mercados de capitais e a implementação da agenda política neoliberal. Contando com uma estrutura de governança internacional (OMC / FMI / Banco Mundial) que deslocou relativamente

anos 1930 e 1940, conformou-se o segundo regime alimentar, regido pelos EUA e caracterizado pela concertação econômica de Bretton Woods, em que a participação estatal na promoção de políticas econômicas e sociais que impulsionavam a grande produção agropecuária de larga escala foi predominante. Dessa maneira, o Estado norte-americano, através dos crescentes excedentes conquistados pelas inovações tecnológicas da revolução verde, redirecionou tais recursos por meio de políticas sociais diversas que atendiam à agenda da geopolítica internacional da Guerra Fria. Este modelo, apesar de supor um intervencionismo estatal que buscou promover, por exemplo, a reforma agrária como mecanismo de modernização do campo nos países da periferia capitalista durante os anos 1960, terminou por favorecer a conformação do terceiro e atual regime alimentar, fortemente caracterizado pelo domínio de grandes corporações transnacionais, expressando a construção da hegemonia neoliberal e a consolidação do atual padrão de acumulação capitalista ao longo das décadas de 1970 e 1980.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

o Estado nacional de sua antiga primazia sobre a definição de políticas públicas para a produção e comercialização agropecuária, o regime alimentar corporativo passou a ser controlado pelas redes de poder das grandes empresas transnacionais a partir de seus variados e sofisticados mecanismos financeiros e de gestão da produção. Dessa forma, agindo na ponta do processo de espoliação, ao igualar as condições de competitividade entre diferentes produtores em distintas regiões do planeta, padronizar as exigências mínimas de produção e comercialização e submeter tais produtores aos movimentos do mercado financeiro, o monopólio do regime alimentar corporativo tem promovido a proletarização e a urbanização das últimas fronteiras geográficas e sociais do mundo rural contemporâneo (MC MICHAEL, 2016).

A leitura da tese de Harvey (2005) sobre as configurações do capitalismo contemporâneo no estudo das redes globais de produção e comercialização de alimentos muito tem contribuído no sentido de chamar atenção para a escala inédita de expropriações vivenciadas tanto por trabalhadores do centro, como da periferia capitalista, proporcionando uma gigantesca concentração de recursos sociais através da financeirização da produção. No entanto, vale destacar as ponderações de Virginia Fontes (2010) sobre a ideia da acumulação por espoliação. Embora de acordo com a análise que salienta o exponencial movimento de disponibilização de massas de sujeitos individuais e coletivos para o mercado, a autora aponta para uma abordagem distinta do problema, defendendo que, apesar da aparente mudança qualitativa no caráter das expropriações contemporâneas, sua essência não se diferenciaria ao ponto de podermos considerar que estamos diante de uma transformação estrutural do capitalismo em relação às três primeiras décadas do pós-segunda guerra mundial. Ao contrário, a autora busca enfatizar justamente que estamos diante de um novo movimento de profunda exacerbação das condições de extração de mais valor sobre o trabalho livre, reforçando as características mais elementares e clássicas do modo capitalista de produção da vida social, bem como o alcance de sua dominação sobre o conjunto da humanidade. Deste modo, a ofensiva neoliberal dos últimos cinquenta anos, mais que um retorno ao padrão de acumulação “primitiva”, incorporando sujeitos sociais “de fora” do sistema mundo capitalista, tratar-se-ia do fim de um período de excepcionalidade em que, por distintas razões históricas e geopolíticas do pós-guerra, foram verificadas um conjunto

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

de conquistas/concessões de direitos a uma parcela (pequena, concentrada principalmente nos países centrais) do conjunto das classes trabalhadoras mundiais. Neste sentido, esta ofensiva estaria sendo viabilizada muito mais por mecanismos de expropriação secundária (através, por exemplo, da redução de direitos sociais adquiridos dos trabalhadores) do que pelas fronteiras geográficas da expansão imperialista, constituindo-se, de fato, no retorno ao que seria a normalidade dos mecanismos de reprodução ampliada do capital interrompidos pelos trinta “gloriosos” anos de vigência do Estado de Bem Estar Social nos países centrais.

Assim, estando historicamente inseridos nas redes de produção e comercialização de alimentos do capitalismo mundial, a partir dos anos 1970, mas, sobretudo durante as décadas de 1990 e 2000, Brasil e Argentina se viram diretamente afetados pelas transformações da agenda política neoliberal e seu modelo de financeirização da produção agropecuária². Se no plano nacional assistiu-se nestes dois países a um processo de abertura política e econômica, com o fim das ditaduras militares e a implementação de reformas econômicas – em meio à grave crise inflacionária e da dívida pública³ – no âmbito de suas respectivas estruturas agrárias consolidou-se um intenso processo de modernização tecnológica associada à financeirização e concentração da produção e das formas de controle e acesso à terra (PALMEIRA E LEITE, 1998; BARSKY E GELMAN, 2001; HEREDIA ET AL., 2010; DELGADO, 2012; AZCUY AMEGHINO, 2015; GRAS E HERNANDEZ, 2016).

Este processo foi impulsionado em grande medida pelo posicionamento assumido por estes dois países como principais produtores de soja do Cone-Sul⁴, região que entre 1970 e as duas primeiras décadas do século XXI foi palco de um aumento exponencial na produção e exportação deste grão, representando na última década metade da produção e da área colhida em nível mundial (WESZ, 2015). Apesar do crescente poder de grandes empresas transnacionais (com origem nos EUA e na Europa) e das instituições de governança global na estruturação e no

² Sobre financeirização da agricultura ver: Clapp (2014); Rubio (2014) e Leite (2019)

³ Sobre as transformações do processo de redemocratização e de abertura econômica no Brasil e na Argentina ver: Assis (2012), Maciel (2012) e Girbal-Blacha (2014).

⁴ Apesar da primazia incontestável da Soja na pauta de exportação de produtos agropecuários (ou de origem agropecuária) dos dois países, também se destacam no topo da lista de principais produtos produzidos para o mercado externo o cultivo de Cana de Açúcar, Milho, Café e Laranja, no caso do Brasil, e o cultivo de Milho, Trigo, Sorgo e Girassol, no caso da Argentina (GRAS, 2013).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História

Rio de Janeiro/RJ, 2021

controle mundial do modelo produtivo, ao mesmo tempo, destaca-se na literatura que os Estados nacionais da região tiveram um papel fundamental na sua difusão e implementação local, criando uma série de medidas “modernizantes” para estimular sua produção, tais como: crédito subsidiado, inovação tecnológica, preços mínimos, modernização da indústria de insumos e de processamento, criação de novos canais de distribuição, dentre outras (HEREDIA ET AL., 2010; GRAS, 2013; WESZ, 2015).

Assim, muito embora as continuidades com o processo de modernização da agricultura de meados do século XX sejam inegáveis na estruturação do modelo produtivo do agronegócio, um importante conjunto de estudos sobre o tema têm buscado enfatizar as suas especificidades políticas, sociais e econômicas, defendendo que o “agronegócio” seria um fenômeno histórico contemporâneo, que se consolidou no Brasil e na Argentina ao longo da década de 1990, e que é portador de certas particularidades (BRUNO, 2009; MENDONÇA, 2010; DELGADO, 2012; GRAS E HERNANDEZ, 2016; LEITE, 2019). De um lado, considerando as transformações sócio-produtivas, destaca-se que a atual forma de produção e comercialização agropecuária está além da simples articulação a jusante e a montante das cadeias produtivas, como na sua definição originária⁵. Portanto, o “paradigma do agronegócio” pode ser caracterizado através de quatro “pilares”: tecnológico (adoção de inovações em biotecnologia e desenvolvimento técnico-científico); financeiro (controle por parte de agentes financeiros transnacionais sobre toda a extensão das cadeias de produção agroindustrial); das novas formas de acesso a terra e organização do trabalho (formas mistas de propriedade e arrendamento; processo de flexibilização e terceirização do trabalho); e organizacional (novos padrões transnacionais de gestão da produção e dos negócios) (GRAS E HERNANDEZ, 2013). De outro lado, destaca-se a particularidade política do agronegócio enquanto palavra “unificadora de interesses das classes e grupos dominantes no campo e expressão do processo de construção da hegemonia e de

⁵ A origem do termo “agribusiness” encontra-se nos Estados Unidos, em 1957, quando foi publicado pelos professores John Davis e Ray Goldberg da Harvard Business School (HBS) o livro “A Concept of Agribusiness”. Nesta publicação, e nos trabalhos desenvolvidos posteriormente no âmbito dos seminários anuais de agribusiness da HBS, os autores foram determinantes para a difusão de uma organização da produção rural baseada em uma perspectiva de integração horizontal e vertical das cadeias produtivas agroindustriais, conferindo grande importância ao emprego de inovações tecnológicas e a novas formas de gestão dos negócios agropecuários (LACERDA, 2009; GRYNZPAN, 2011; GRAS E HERNANDEZ, 2016; LIAUDAT, 2018; RIBEIRO, 2018).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

renovação dos espaços de poder e de dominação” (BRUNO, 2009). Assim, permitindo uma “operação simbólico-política” que transforma a integração das cadeias produtivas em signo ideológico de uma “nova agricultura” (MENDONÇA, 2010), a noção de agronegócio também pode ser entendida como um “pacto de economia política” que envolve a produção transnacional a jusante e a montante, a grande propriedade da terra e o Estado, visando uma “estratégia privada e estatal de perseguição da renda fundiária como diretriz principal de acumulação do capital para o conjunto da economia” (DELGADO, 2012, p. 111).

Neste sentido, reconhecendo que a maioria dos estudos que tem se debruçado sobre a problemática do agronegócio no Brasil e na Argentina estão majoritariamente dedicados à compreensão das implicações socioeconômicas da emergência e consolidação deste modelo produtivo, nos interessa avançar neste campo de conhecimento em diálogo com alguns outros poucos estudos que vêm se dedicando a compreender as transformações de natureza sócio-política (LEITE, 2019). Numa primeira leitura sobre este âmbito da problemática, dentre inúmeras questões que se apresentam – da reconfiguração das classes sociais às reconfigurações do Estado e da sociedade civil, bem como de suas escalas de atuação local, regional ou global – duas questões tem se destacado como parte integrante das especificidades que conformam o pacto político da economia e da sociedade do agronegócio: (a) reconfigurações no campo da organização e da representação política e (b) transformações na centralidade política do campo técnico-científico. Estas questões não só ajudam a evidenciar o caráter político do agronegócio, como expressam dois dos pilares do seu modelo produtivo: organizacional, através de novos padrões transnacionais de gestão dos negócios, e tecnológica, com importantes inovações no campo da biotecnologia e da tecnologia da informação. A partir da revisão bibliográfica sobre estas duas questões, poderemos indagar sobre um terceiro conjunto de problemas que conforma o presente objeto de pesquisa e que tem sido explorado com menor destaque pela literatura especializada: (c) a existência de uma trama política e acadêmica transnacional que conecta, articula e associa empresários, dirigentes políticos e pesquisadores na construção da hegemonia do agronegócio.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Neste trabalho, nos interessa desenvolver um pouco mais esta terceira questão. Assim, no que se refere às articulações políticas e acadêmicas internacionais da ABAG e da AAPRESID, temos os seguintes apontamentos preliminares. De um lado, importa indagar sobre qual a configuração do campo da representação política do agronegócio no Brasil e na Argentina em nível internacional? Ou seja, por meio de quais instituições e organizações políticas os interesses nacionais e internacionais do agronegócio se articulam, administram possíveis conflitos e formulam e vocalizam interesses e estratégias comuns?

Neste sentido, a única organização que se destaca na bibliografia analisada é a Confederação de Associações Americanas para a Agricultura Sustentável (CAAPAS). Fundada em 1991, a CAAPAS é composta pela representação permanente de quatro países do Cone Sul (Brasil, Argentina, Uruguay e Paraguay), tendo contado, ao longo de seus anos de existência, com a participação de associações da Bolívia, Canadá, Chile, Estados Unidos e México⁶. Com o objetivo de promover a técnica do plantio direto internacionalmente, seu primeiro presidente foi Victor Trucco, fundador e presidente por mais de vinte anos da AAPRESID. Sua representação no Brasil é feita por uma organização de menor expressão política nacional, a Federação Brasileira de Plantio Direto na Palha (FEBRAPDP), fundada em 1992, em Cruz Alta-RS, e com sede em Foz do Iguaçu-PR⁷. Sem uma página na internet, as iniciativas da CAAPAS tendem a ser divulgadas por seu perfil no twitter (@CAAPASok) e pelos sites de suas representantes nacionais, especialmente pela AAPRESID. Dessa forma, a CAAPAS parece ser, em grande medida, uma plataforma lançada pela associação argentina para construir sua própria rede de

⁶ Associações componentes da CAAPAS ao longo da história: Asociación Argentina de Productores en Siembra Directa, Federação Brasileira de Plantio Direto na Palha, Federación Paraguaya de Siembra Directa para una Agricultura Sustentable, Asociación de Siembra Directa de Uruguay, Asociación de Productores de Oleaginosas y Trigo (Bolívia), Centro de Desarrollo de la Cero Labranza (Chile), Asociación Mexicana de Labranza de Conservación, Conservation Technology Information Center (Estados Unidos) e Soil Conservation Council of Canadá (acesso 09/05/2020: <https://febrapdp.org.br/caapas>).

⁷ A FEBRAPDP ao que tudo indica, apesar da abrangência nacional da difusão do sistema de Plantio Direto, concentra sua representação junto a produtores do sul do país, especialmente do Paraná. Sua origem remonta grupos experimentais que, a partir dos anos 1970, com a chegada desta técnica no país por Hebert Arnold Bartz, produtor rural em Rolândia – PR, iniciaram um seu processo de difusão do Plantio Direto no Brasil. Dentre tais grupos são mencionados o Clube da Minhoca, de Ponta Grossa – PR, e diversos outros Clubes de Amigos da Terra (CAT) que há época buscavam, numa estratégia de “comunicação de produtor para produtor”, “disseminar e promover a adoção do sistema” de Plantio Direto (acesso: 22/05/2020: <https://febrapdp.org.br/historico>).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

relações internacionais através de eventos especializados na questão da conservação dos solos e no uso do plantio direto (Gras e Hernandez, 2016; Liaudat, 2018).

Além da CAAPAS, em uma pesquisa documental preliminar pudemos identificar três organizações que se mostram relevantes para a organização e articulação política internacional das frações de classe dominante agrária na região do Cone Sul. A primeira delas é a Federação de Associações Rurais do Mercosul (FARM), fundada em 1997, na cidade de Mariano Roque Alonso, Paraguay. Segundo esta organização, cuja sede está localizada no Edifício Mercosul, em Montevideo, Uruguay, “após a conclusão do projeto de integração regional do Mercosul, as agremiações rurais mais antigas da região procuraram se organizar em uma instituição supranacional”⁸. Neste sentido, não apenas se destaca o foco de atuação nas negociações multilaterais do bloco regional, como também chama atenção o claro recorte político com a presença das representações ruralistas mais tradicionais⁹ de cada país participante e a ausência de associações mais novas, como a ABAG e a AAPRESID.

A segunda organização que tem tido relevância na atuação internacional das direções políticas do agronegócio é o LIDE – Grupo de Líderes Empresariais. Fundado por um grupo de empresários paulistas liderados por João Doria em 2003, rapidamente se tornou uma importante referência política nacional e internacional. Seu objetivo é “fortalecer a livre iniciativa do desenvolvimento econômico e social, assim como a defesa dos princípios éticos de governança corporativa nas esferas pública e privada”. Assim, buscando “potencializar a atuação do empresariado na construção de uma sociedade ética, desenvolvida e competitiva globalmente”, o LIDE transcendeu as fronteiras brasileiras fundando representações relativamente autônomas em outros 14 países¹⁰. Destes países uma das representações que parecem ser mais ativas, com grande protagonismo e autonomia, é o caso do LIDE Argentina. Fundado em 2010 em cerimônia que contou com a participação de João Doria – a quem o presidente da entidade, Rodolfo de

⁸ Acesso 09/05/2020: <http://www.farmercosur.org/index.php/pt/institucional/historia-de-la-institucion>

⁹ Associações que compõem a FARM: Confederaciones Rurales Argentinas (CRA), Sociedad Rural Argentina (SRA), Confederación Nacional de Agricultura de Bolívia (CONFEAGRO), Confederación de Ganadores de Bolívia (CONGABOL), Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Sociedade Rural Brasileira (SRB), Sociedad Nacional de Agricultura de Chile, (SNA), Asociación Rural de Paraguay (ARP), Asociación Rural de Uruguay (ARU), Federación Rural de Uruguay (FR).

¹⁰ Acesso 09/05/2020: <https://www.lideglobal.com/sobre/>

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Felipe, denotando a relação originária com a matriz brasileira, atribuiu a iniciativa¹¹ – o LIDE Argentina reúne pesos pesados da economia e do agronegócio nacional. Neste sentido, ambas as seções, do Brasil e da Argentina, possuem entre suas áreas de atuação mais ativos grupos de trabalho voltados para a economia rural, chamados de LIDE Agronegócios. No caso brasileiro, esta área de atuação foi fundada por Roberto Rodrigues e atualmente se encontra sob responsabilidade de Monika Bergamaschi, dois reconhecidos dirigentes da ABAG. Sua principal iniciativa tem sido a organização do Fórum Nacional do Agronegócio, que ocorre anualmente desde 2011 em diferentes cidades do interior de São Paulo. No caso argentino, o LIDE Agronegócio é dirigido desde a sua fundação por Gustavo Grobocopatel, o “rei da soja” “sem terra”, presidente do grupo Los Grobo e histórico dirigente da AAPRESID. Dessa maneira, como é possível perceber, a plataforma política do LIDE, além de conferir destaque ao tema do agronegócio, tem promovido um intenso contato entre importantes lideranças empresariais do Brasil e da Argentina e outros interesses privados internacionais.

A partir de 2013 as frações das classes dominantes mais dinâmicas do agronegócio brasileiro parecem ter dado um salto qualitativo nos seus espaços de articulação e organização no âmbito regional, do Cone Sul, fundando uma terceira organização política internacional: O Grupo de Países Produtores do Sul (GPS). Contando com a participação de associações privadas de Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, seu principal objetivo é “contribuir na integração dos países da região e na sua projeção internacional” através de três linhas de ação: “articulando a agroindústria regional com uma perspectiva estratégica da região e do mundo”; “gerando conteúdo para fornecer informação e análise no fortalecimento do diálogo público-particular nas (...) áreas de interesse dentro de cada país e entre si”; e “divulgando a informação e as ideias através da promoção, organização e participação em foros nacionais, regionais e internacionais”. Sua composição inclui instituições fundadas nas últimas décadas, não incluindo as centenárias

¹¹ A este respeito, durante as comemorações de 15 anos do LIDE, Rodolfo de Felipe afirmou: “O LIDE Argentina significou uma grande aposta de João Doria para internacionalizar a ideia. No começo foi difícil, ainda mais em razão das permanentes crises econômicas e políticas do país. Mas hoje somos reconhecidos e respeitados. Estamos com 150 membros e mais de 30 ações ao longo do ano e queremos continuar crescendo. Nosso objetivo de médio prazo é, após a abertura do LIDE Uruguai, criar o LIDE Mercosul e oferecê-lo como uma rede e plataforma no âmbito regional” (LIDE 15 anos, 2018).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

associações rurais da FARM. Do Brasil, participam da “rede” do GPS a ABAG, a Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) através de seu Centro de Agronegócios (GV-Agro). Da Argentina, temos a AAPRESID, a Associação Argentina de Consórcios Agrícolas Experimentais (AACREA), a Associação de Câmaras de Tecnologia Agropecuária (ACTA), a Associação da Cadeia da Soja Argentina (ACSOJA), a Associação Argentina de Trigo (Argent trigo), a Associação Argentina de Girassol (ASAGIR), o Conselho Argentino para as Relações Internacionais (CARI), a Associação de Milho e Sorgo Argentino (MAIZAR) e o Instituto para as Negociações Agrícolas Internacionais (Fundação INAI). No caso do Paraguai, estão representados o Instituto de Biotecnologia Agrícola (INBIO), o DENDE – Desarrollo en Democracia e a União de Grêmios da Produção (UGP). Finalmente, do Uruguai, estão representadas as seguintes associações: Câmara Mercantil de Produtos do País (CMPP), Conselho Uruguaio para as Relações Internacionais (CURI), União de Exportadores do Uruguai (UEU), Associação de Cultivadores de Arroz (ACA) e a Associação Rural do Uruguai (ARU).¹² Assim, o GPS além de se fazer representar e promover diversos eventos junto a organizações associadas e parceiras, bem como de organismos multilaterais, também publica relatórios e análises sob temas de interesse do conjunto do agronegócio dos países da região, apresentando um discurso e uma agenda política comum às suas respectivas representações nacionais e constituindo-se como um dos principais espaços de contato e articulação entre a ABAG, a AAPRESID e outras instituições da trama política e acadêmica do agronegócio sul-americano.

De outro lado, considerando as redes acadêmicas internacionais de estudos sobre agribusiness, também pretendemos responder à seguinte questão: *qual o papel de algumas redes acadêmicas de especialistas do agronegócio na promoção a nível global deste modelo no mundo técnico científico, conectando instituições e pesquisadores de países do capitalismo central, principalmente dos Estados Unidos, com países estratégicos para a grande produção agroindustrial do sul global (em que Brasil e Argentina possuem lugar destacado)?* Sobre este

¹² Acesso 11/05/2020: <https://grupogpps.org/web/>

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História

Rio de Janeiro/RJ, 2021

aspecto, através de pesquisas preliminares, duas instituições chamam atenção: A International Food and Agribusiness Management Association (IFAMA) e o World Agricultural Forum (WAF).

A respeito da IFAMA, esta parece ser uma das principais redes acadêmicas internacionais que congregam pesquisadores e centros de pensamento sobre produção e gestão de agronegócios no mundo, guardando intimas relações com dirigentes do agronegócio brasileiro e argentino. A associação se apresenta como uma “organização internacional de gestão que reúne os atuais e futuros líderes empresariais, acadêmicos e governamentais, junto com outros setores interessados, para melhorar o enfoque estratégico, a transparência, a sustentabilidade e a capacidade de resposta do sistema global de alimentos e agronegócios”. Nesta perspectiva, a associação internacional busca ser um espaço “catalisador de novas ideias e talentos”, que deve contribuir para a construção de uma agenda de pesquisas que tenha como horizonte levar “o sistema global de alimentos e agronegócios a responder de maneira inovadora, rápida e eficaz às necessidades em constante transformação no mundo”. Assim, a IFAMA se considera “uma ponte entre a indústria do agribusiness, pesquisadores, educadores, governos, grupos de consumidores e demais ong’s”, que conecta em sua rede “todo o espectro do sistema global de alimentos”¹³. Fundada em 1990 na Harvard Business School, sob a liderança do próprio Ray Goldberg, conta com membros em mais de cinquenta países. Em uma primeira análise, é possível constatar que em sua diretoria atual se encontram representantes de universidades e empresas transnacionais. De seus vinte e oito membros, oito são estadunidenses¹⁴, quatro argentinos¹⁵, quatro alemães, três holandeses, dois sul-africanos y um representante do Canadá, Costa Rica, Brasil¹⁶, Nova Zelândia, Rússia e China. Seu atual presidente é o argentino Héctor Laurence. Além de realizar congressos anuais, a IFAMA possui uma reconhecida publicação, na qual são divulgados artigos científicos sobre pesquisas nos mais variados temas relacionados ao conjunto das cadeias produtivas do agronegócio. Entre membros honorários, diretores e autores na revista da

¹³ Acesso 05/05/2019: <https://www.ifama.org/>

¹⁴ Membros norte-americanos: Gregory Backer (Santa Clara University), Aidan Connolly (Alltech), Allan Gray (Perdue University), Scot Hine (Novus), Erica Kuhlmann (BMO Harris), William Nelson (CHS), Brent Ross (Michigan State University), Victoria Salin (Texas A&M University)

¹⁵ Membros Argentinos na diretoria do IFAMA: Marcos Capdepon (YPF), Ana Eugenia Galiano (Universidad Austral), Hector Laurence (HL Partners/Presidente IFAMA), Sebastian Senesi (Universidad de Buenos Aires).

¹⁶ Membros Brasileiros: Marcos Fava Neves (PENSA/USP).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

associação, nota-se a presença frequente de pesquisadores do PENSA (como Elizabeth Farina, Decio Zylberstajn, Marcos Fava Neves, Marcos Jank), de dirigentes da ABAG (Ney Bittencourt de Araújo) e de representantes do PAA (Hector Ordoñez, Sebastián Senesi), da Universidad Austral (Ana Eugenio Galiano) e da AAPRESID (Federico Trucco). Entre seus patrocinadores figuram gigantes do agronegócio mundial, como: CHS Foudation, NOVUS, BMO Financial Group, BASF, Bayer Crop Science, Conservis, Dupont, a Escola de Negócios da Santa Clara University, Texas A&M University's Master of Agribusiness. Como parceiros, são mencionados: Agricultural & Applied Economics Association, Food & Agriculture Organization of the United Nations (FAO), Global Food Safety Forum, The Corporate Council on Africa, New Mexico State University, Produce Marketing Association, The World Food Prize, University of Stellenbosch, SAI Platform e o próprio The United States Department of Agriculture (USDA).

Finalmente, no que se refere ao Word Argicultural Forum, esta auto-denominada “plataforma da agricultura global” também parece ter cumprido um importante papel de rede transacional entre especialistas e acadêmicos do agronegócio, guardando importantes conexões com intelectuais orgânicos brasileiros e argentinos. Fundado em 1997 por um grupo de pesquisadores de St. Louis, Missouri, Estados Unidos¹⁷, o “WFA is focused on sustaining the lives and livelihood of the word’s population by meeting the growing needs for food, fuel and fiber”¹⁸. Sua principal atividade ao longo de seus anos de funcionamento foi realizar encontros mundiais bianualmente, reunindo grandes lideranças acadêmicas, empresariais e governamentais do agronegócio global, contando com representações de dezesseis países¹⁹, dentre eles Brasil (que sediou um dos encontros em 2007 sob os auspícios de lideranças da ABAG²⁰) e Argentina. Justificando as transformações tecnológicas da comunicação e seu impacto sobre encontros presenciais desta natureza, o WFA anunciou o encerramento de suas atividades em 2018. Apesar disso, em uma primeira pesquisa sobre esta iniciativa, o WFA igualmente parece ter sido um

¹⁷ Um dado que merece ser destacado é o fato de St Louis ser uma importante cidade do Meio Oeste Americano, região onde está concentrada a maior produção de grãos e cereais dos Estados Unidos, e sede histórica da Monsanto.

¹⁸ Acesso 12/05/2020: <http://worldagforum.com/history.htm>

¹⁹ Países com representes no WAF: Nova Zelândia, China, Índia, Marrocos, Colômbia, Estados Unidos, Itália, Costa Rica, Argentina, Brasil, Bélgica, Suíça, Malásia, Indonésia, Alemanha e França.

²⁰ Acesso 10/03/2020: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1404201019.htm>

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

importante espaço de reunião e articulação de grandes acadêmicos e dirigentes do agronegócio em nível mundial, tendo conectado representantes de países (do norte e do sul global) que são reconhecidamente estratégicos nas cadeias globais de produção e comercialização agroindustrial.

Assim, a partir de uma análise comparativa sobre a construção da hegemonia do agronegócio no Brasil e na Argentina e dialogando com as transformações institucionais no campo da representação política e no mundo técnico científico, esperamos com a presente pesquisa avançar na investigação e reconstituição da variada e articulada trama política e acadêmica transnacional que difundiu ao longo dos últimos trinta anos o agronegócio como modelo de produção e desenvolvimento dominante no mundo rural contemporâneo. Dessa maneira, aprofundando-nos na pesquisa sobre a constituição e atuação de diferentes e novas formas de organização e atuação política das frações mais dinâmicas das classes dominantes no campo, esperamos avançar especialmente no conhecimento sobre a forma, o conteúdo e a intensidade das relações entre atores do mundo político e acadêmico nacional com suas redes de produção e difusão ideológica internacionais, contribuindo, portanto, para um melhor entendimento sobre os canais por meio dos quais o monopólio das grandes corporações transnacionais, em associação com as classes dominantes agrárias nacionais, construiu um modelo de desenvolvimento rural que fosse condizente com o novo padrão de acumulação por espoliação do capitalismo neoliberal, impondo sua hegemonia sobre o campo e seus diversos modos de vida e de produção.

Referências:

ASSIS, Charleston José de Sousa. Experiências cruzadas: a participação popular no plano cruzado em perspectiva histórica. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.

AZCUY Ameghino, Eduardo. De La Lucha por las Libertades Capitalistas a la Concentración Económica: Historia y actualidad de la cuestión agraria pampeana. *Realidad Económica*, n. 285, 2015.

BALSA, Javier. *El Devanecimiento del Mundo Chacarero: Transformaciones sociales en la agricultura bonaerense (1937-1988)*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2007.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História

Rio de Janeiro/RJ, 2021

- BARSKY, Oswaldo. e Gelman, Jorge. *Historia del Agro Argentino: Desde la Conquista hasta fines del siglo XX*. Buenos Aires: GrijalboMondadori, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- BRUNO, Regina. *Senhores da Terra, Senhores da Guerra. A nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária Edur, 1997.
- BRUNO, Regina. *Um Brasil Ambivalente: Agronegócio, ruralismo e relações de poder*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: Edur, 2009.
- BOCCHICCHIO, Ana e CATTÁNEO, Carlos. *Transformaciones en la Agricultura e Innovación Organizacional en Asociaciones de Productores: Los casos de AAPRESID e ASAGIR*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, III Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Agrarios y Agroindustriales, 2003.
- CLAPP, Jennifer. *Financialization, Distance and Global Food Politics*. *Journal of Peasant Studies*, v.41, n.5, 2014.
- DELGADO, Guilherme. *Do Capital Financeiro à Economia do Agronegócio: Mudanças cíclicas em meio século (1965 – 2012)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.
- DOUGNAC, Gabriela; ORTEGA, Lucía y HIRSCH, Mariana. *Las transformaciones de la cúpula agraria pampeana: representación gremial y discurso en tiempos de la sojización*. *Actas de las XIII Jornadas de Epistemología de las Ciencias Económicas*. UBA, 2007.
- DOUGNAC, Gabriela Martínez. *Monocultivo Sojero, Concentración Económica, Acaparamiento y Despojo de Tierras: Formas actuales de la expansión del capital en la agricultura argentina*. Rosario: Legem; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, Centro Interdisciplinario de Estudios Agrarios, 2016.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- FERNANDES, Afonso. *A Frente Ampla da Agropecuária Brasileira: Transição Política e Classes Dominantes Agrárias na Nova República (1986 – 1991)*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2018.
- FONTES, Virginia. *O Brasil e o Capital-imperialismo: Teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- GIRBAL-BLACHA, Noemí. *História Econômica y Políticas Públicas en la Argentina (1930-2003)*. Noemí M. Girbal-Blacha y Adrián G. Zarrilli; con colaboración de Juan Javier Balsa, dirigido por Noemí M. Girbal-Blacha. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2014.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2000 e 2002.
- GRAS, Carla. *Agronegócios en el Cono Sur. Actores sociales, desigualdades y entrelazamientos transregionales*. *desiguALdades.net Working Paper Series 50*, Berlin: *desiguALdades.net International Research Network on Interdependent Inequalities in Latin America*, 2013.
- GRAS, Carla e HERNANDEZ, Valeria. *Radiografía del Nuevo Campo Argentino: Del terrateniente al empresario transnacional*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2016.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História

Rio de Janeiro/RJ, 2021

- GRAZIANO DA SILVA, José. Las Organizaciones Profesionales en la Moderna Agricultura Brasileña. Córdoba, España: Seminario de Políticas Agrarias y Grupos Sociales en Procesos de Transición Democrática, 1993.
- GRYNSZPAN, Mario. Orígenes e Conexões Norte-Americanas do Agribusiness no Brasil. Revista de Pós-Graduação em Ciências Sociais: v. 9, n. 17, jan/jun, 2012.
- HARVEY, David. O Novo Imperialismo. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- HEREDIA, Beatriz; Palmeira, Moacir e Leite, Sergio. Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 25, n. 74, 2010.
- HEREDIA, M. Reformas Estructurales y Renovación de las Elites Económicas en Argentina: estudio de los portavoces de la tierra y del capital. Revista Mexicana de Sociología, vol. 65, n. 1, 2003.
- HERNANDEZ, Valeria. El Boom Económico y Cultural de la Soja y El Empresariado Innovador. Desarrollo Económico, v. 47, n. 187, 2007.
- HERNANDEZ, Valeria. Genealogía de una elite rural: elucidación antropológica de una práctica de poder. Mundo Agrario, vol.13, Nº 26, junio, 2013.
- LACERDA, Elaine. Brasil Integrado: a ideologia sistêmica do Agronegócio na Associação Brasileira de Agribusiness. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2009.
- LACERDA, Elaine. A Associação Brasileira do Agronegócio e a Institucionalização de Interesses do Empresariado Rural no Brasil. Revista Ruris, v. 5, n.1, 2011.
- LAMOSA, Rodrigo. Estado, Classe Social e Educação no Brasil: Uma análise crítica da Associação Brasileira do Agronegócio. Tese (Doutorado em Educação). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.
- LEITE, Sergio. Dinâmica de Terras, Expansão do Agronegócio e Financeirização da Agricultura: Por uma sociologia das transformações agrárias. Revista Latino Americana da Estudios Rurales, n. 4, v. 7, 2019.
- LIAUDAT, Dolores. Hegemonia, Discurso e Identificaciones en el Agro Pampeano: Analisis de los agronegocios y su eficacia interpelativa en los actores agropecuarios. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2018.
- LIAUDAT, Dolores. Las Universidades como Territorios de la Disputa Hegemonica de los Agronegocios en la Argentina: Un estudio exploratório. Estudios Socio-territoriales, n. 26, 2019.
- MACIEL, David. De Sarney a Collor: Reformas Políticas, Democratização e Crise. São Paulo: Alameda/Goiania: Funape, 2012.
- MARTINS, José de Souza. A Política do Brasil Lúmpem e Místico. São Paulo: Contexto, 2011.
- MCMICHAEL, Philip. Regimes Alimentares e Questões Agrárias. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016.
- MENDONÇA, Sonia. O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica. Revista Marx e o Marxismo NIEP/UFF, v. 2, n. 2, 2014.
- MENDONÇA, Sonia. O Patronato Rural no Brasil Recente (1964-1993). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

- MENDONÇA, Sonia. Dominação Burguesa e Reprodução de Classe no Brasil (1990 – 2016). In: Badaró, Marcelo (org.). Estado e Formas de Dominação no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2017.
- MENDONÇA, Sonia. O “Sistema ABAG” e a supremacia burguesa no Brasil. In: CAMPOS, Pedro e BRANDÃO, Rafael. Dimensões do Empresariado Brasileiro: História, organizações e ação política. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2019.
- MURO DE NADAL, Mercedes. El discurso y la práctica: las complejas relaciones entre la Sociedad Rural Argentina y el gobierno del Dr. Menem. *Doc. CIEA* Nro. 04, p. 185-219, 2009.
- PALMEIRA, Moacir e Leite, Sérgio Pereira. Debates econômicos. Processos sociais e lutas políticas: reflexões sobre a questão agrária. In: Costa, L. F. e Santos, R. (orgs.), Política e reforma agrária, Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- PANERO, Marcelo. La Representación de los Sectores Dominantes en Debate: La Sociedad Rural Argentina. Em: Gras, Carla e Hernandez, Valeria. El Agro como Negocio: Producción, sociedad y territorios en la globalización. Buenos Aires: Biblos, 2013.
- PINTO, Raphaela. O Novo Empresariado Rural no Brasil: uma análise das origens, projetos e atuação da Associação Brasileira de Agribusiness (1990-2002). Dissertação (Mestrado em História). Niterói-RJ: Universidade Federal Fluminense, 2010.
- RAMOS, Carolina. Capital e Trabalho no Sindicalismo Rural Brasileiro. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2011.
- RIBEIRO, Caio. Formação Política do Agronegócio. Tese de Doutorado, Campinas-SP: Unicamp, 2018.
- RUBIO, Blanca. Resurge la renta de la tierra? La revalorización de los bienes agropecuarios y su impacto en América Latina. *Revista ALASRU*, no. 10, out., 2014.
- WESZ JR., Valdemar. Cruzando Fronteiras: O Mercado da Soja no Cone Sul. Teoria e Cultura: Revista de Pós-Graduação em Ciências Sociais UFJF, v. 10, n.2, jul/dez, 2015.